

Juízes iniciantes fazem curso para aprender que ‘ainda existe racismo no Brasil’

(iG, 02/05/2015) Ao todo, 328 magistrados tiveram aulas de Políticas Raciais desde o ano passado; disciplina tem 4 horas de carga horária

Desde agosto do ano passado, 328 juízes em início de carreira se capacitaram na disciplina Políticas Raciais. A inclusão da matéria ao currículo, apesar de vista como positiva, veio atrasada, dizem especialistas.

Leia também: [Mais de 300 magistrados recebem capacitação em políticas raciais \(CNJ, 22/04/2015\)](#)

Para o Guilherme Calmon, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que recomendou a inclusão da disciplina na grade, a medida está tentando reverter um atraso secular no judiciário.

“A impressão que temos é que nada foi feito antes por força da própria sociedade que ainda tem atitudes preconceituosas. O judiciário é um reflexo desta sociedade. É uma falha ter passado tanto tempo [sem nenhuma medida], mas melhor que tenha vindo tarde do que nunca ter vindo”, diz Calmon.

O curso é ministrado desde agosto do ano passado nas 32 escolas judiciais ou de magistratura espalhadas por todos os Estados. Segundo Rai Veiga, secretária-executiva da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), responsável por ministrar o curso de formação obrigatório a todos os magistrados iniciantes, o objetivo da matéria é “desconstruir o mito da democracia racial”. Ela diz que, muitas vezes, os juízes chegam às salas de aulas com as ideias pré-concebidas de que o racismo não existe no Brasil.

“Vivemos numa sociedade racista que camufla e minimiza esse preconceito. Na sala de aulas, são apresentados dados, evidências, estatísticas e estudos

de caso para que eles [magistrados] cheguem à conclusão de que realmente existe o racismo”, diz.

“O curso leva o magistrado a refletir sobre o assunto e percebem que é uma questão social. Muitos não têm essa noção, ou por ingenuidade ao encarar a questão ou por falta de vivência do problema”, completa Rai.

A disciplina tem quatro horas de duração, o equivalente a 10% de horas da grade curricular obrigatória do novo magistrado. O curso total de 40 horas inclui ainda matérias como Judiciário e a Sociedade, Direito Eleitoral, Juiz e as Relações Interpessoais e Interinstitucionais, Mediação e Conciliação, Vara da Infância e Juventude e Sistema Carcerário.

A Enfam considera a carga horária destinada à discussão sobre Políticas Raciais ainda insuficiente, mas diz que está revisando o conteúdo para que essa questão ganhe um módulo único com 40 horas de carga horária, diz Rai. “Esse é o início, mas a ideia é que a gente tente recuperar o tempo perdido. Temos que pensar em ampliar a temática. A escola, contudo, precisa ter uma estrutura mais arrojada para atender os juízes que já estão atuando. Estamos pensando em alternativas para atendê-los, como aulas a distância e eventos”, disse.

Ela concorda que a formação específica nessa área veio tarde, mas pondera que a própria formação do magistrado é recente no País. “A temática racial já vinha sendo discutida em sala desde 2013 em forma de palestras. O curso, a partir da recomendação do CNJ, é recente e tardio, mas a própria escola é nova e só foi criada apenas em 2004. Nós não tínhamos uma cultura de formação e aperfeiçoamento contínuo”.

Calmon, do CNJ, também diz que o curso para ser eficaz deve ser replicado a todo o corpo de 16 mil magistrado dos País. Otimista, ele diz que os mais experientes devem ter acesso à matéria nos próximos três anos.

Aplicação

Dos 328 magistrados que já cursaram Políticas Raciais, a maioria (107) atua na Justiça Estadual de São Paulo, 60 trabalham em Pernambuco, 48 no Espírito Santo, 42 em Goiás, 26 no Mato Grosso e 34 no Rio de Janeiro. Além

deles, sete juízes estão alocados no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), dois do TJ do Piauí, um do TJ do Acre e um do TJ de Mato Grosso do Sul, segundo o CNJ

Para o juiz do Tribunal de Justiça de Goiás, Diego Costa Pinto Dantas, que participou da formação em setembro do ano passado, o curso serve para que o magistrado consiga relacionar a questão social do acusado com o crime cometido.

“Principalmente na área criminal, há uma relação direta entre as ausências de políticas raciais e socioeconômicas com a prática do crime. Muitas vezes o autor é excluído da sociedade. Então, na minha atuação, sempre que possível, tento levar isso em consideração e dosar a pena tendo essas questões em mente”, afirma.

Ele diz que esse curso também serve para aplicação de penas quando a vítima é um negro, como em processos de injúria racial e racismo.

Ex-delegado, Dantas diz que o curso deveria ser estendido para outros profissionais de atuação judiciária, como policiais civis, promotores e advogados.

Vitória tardia

Para entidades de militância negra, a medida é comemorada como uma vitória tardia. “Óbvio que veio tarde, mas isso não é o mais relevante. O importante é ter vindo”, diz Edson França, presidente da União de Negros Pela Igualdade (Unegro).

“É um movimento virtuoso, uma tentativa de mitigar os efeitos do racismo. Não podemos considerar que tudo está como era antes. Tem sinais positivos em todas as esferas: União, Legislativo e também no Judiciário. Embora o País tenha sido criado na base da escravidão, não tenha oferecido nenhuma contrapartida quando libertou os escravos e até hoje não reconhece o racismo, essa é uma questão histórica, que a gente não vai solucionar de ontem para hoje”, diz França.

“Há um tratamento desigual. O negro é visto como a imagem do suspeito

padrão. Incluir Políticas Raciais no curso de formação básica do Judiciário ajuda a sensibilizar, fazer uma autocrítica que vai de encontro ao combate do racismo institucional”, diz França.

O frade franciscano Frei David, diretor-executivo da Educafro, diz que essa formação já era um pedido antigo do movimento negro. “Para nós, sempre foi impossível um juiz se formar sem conhecer a realidade rica e politênica brasileira”.

Rede de combate a mortalidade negra

O curso de Políticas raciais aplicado a juízes iniciantes é uma das várias etapas do Protocolo de Atuação para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra. O documento representa compromisso de várias instituições, como CNJ, Ministério da Justiça, Governo Federal, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), entre outras, de combate ao racismo, e conseqüentemente, a diminuição da violência contra negros.

Segundo o Mapa da Violência 2014, o número de jovens negros assassinados anualmente no País saltou de 17.499 em 2002 para 23.160 em 2012, um aumento de 32,4%. No mesmo período, o número relativo aos jovens brancos caiu 32,3%, de 10.072 para 6.823 casos.

“O curso de políticas raciais é uma das ações de prevenção. A formação de juízes é fundamental, mas isso tem que chegar nas polícias, nos meios de comunicação, na sociedade. Nós estamos criando uma rede de atuação contra essa violência. São pedaços que precisam se juntar e ainda temos muito o que avançar”, afirmou Lindivaldo Junior, gerente de projetos da secretaria de políticas de ações afirmativas da Seppir.

Ana Flávia Oliveira

Acesse no site de origem: [Juízes iniciantes fazem curso para aprender que 'ainda existe racismo no Brasil' \(iG, 02/05/2015\)](#)

Mais de 300 magistrados recebem capacitação em políticas raciais

(CNJ, 22/04/2015) Por recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) capacitou, desde o ano passado, 328 juízes em início de carreira na disciplina Políticas Raciais. O objetivo é prepará-los para atuar contra o racismo e eventuais injustiças causadas pela estigmatização da população negra. A recomendação faz parte do Protocolo de Atuação para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra, assinado por diversas instituições em outubro de 2013.

A disciplina Políticas Raciais passou a fazer parte da grade curricular, que já incluía matérias como o Judiciário e a Sociedade; Direito Eleitoral; o Juiz e as Relações Interpessoais e Interinstitucionais; Mediação e Conciliação; Vara da Infância e Juventude; e Sistema Carcerário. O instrutor de Políticas Raciais é o promotor de Justiça Thiago André Pierobom, coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT). Para ele, é necessário reconhecer que o racismo é um problema estrutural no Brasil, ao lado de outras formas de discriminação, como a desigualdade social e o machismo, por exemplo. “Se pretendemos ter um sistema de Justiça comprometido com os valores dos direitos humanos, torna-se essencial para o magistrado que ele seja sensibilizado sobre a existência do problema do racismo e sobre o que isso, eventualmente, impacta no exercício da sua função jurisdicional”, afirma Pierobom.

Os cursos de aperfeiçoamento da Enfam são obrigatórios para juízes em início de carreira. Dos 328 magistrados que já cursaram Políticas Raciais, 107 atuam na Justiça Estadual de São Paulo, 60 na de Pernambuco, 48 na do Espírito Santo, 42 na de Goiás, 26 na do Mato Grosso e 34 na do Rio de

Janeiro. Também já participaram sete juízes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), dois do Tribunal de Justiça (TJ) do Piauí, um do TJ do Acre e um do TJ de Mato Grosso do Sul.

O promotor observa haver entre os juízes do curso uma parcela que, no início das aulas, tenta minimizar a questão do racismo no Brasil e vê o País como uma democracia racial. No entanto, acrescenta Pierobom, ao longo da instrução, surge a compreensão do problema, desconstruindo esse mito, e também uma sensibilização dos magistrados sobre a importância de o Judiciário atuar na promoção da igualdade racial. Nesse sentido, o conteúdo inclui estatísticas e estudos sobre o racismo no País.

“As principais mensagens são, primeiro, de que existe, sim, racismo no Brasil. Segundo, que o racismo é uma grave violação aos direitos humanos e não é possível haver uma democracia em que todas as pessoas não tenham o mesmo valor, em que não haja igualdade. Em terceiro, que é importante que o Judiciário seja sensibilizado a reconhecer o problema para ter uma postura ativa no sentido de construirmos uma sociedade mais justa e igualitária”, informou.

Aplicação - Um dos que fizeram o curso é o juiz Diego Costa Pinto Dantas, da 10ª Vara Criminal de Goiânia/GO. Antes, ele foi delegado de polícia no Distrito Federal e magistrado do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). Por isso, estudou Políticas Raciais duas vezes na Enfam, indicado por cada um dos tribunais. Segundo ele, essa experiência tem refletido positivamente no seu trabalho jurisdicional, até mesmo na definição do tamanho da pena dos réus, conhecida no meio jurídico como dosimetria. “Acho que as inclusões racial e social são importantes tanto no âmbito cível, quando o juiz se depara com ações que tratam cotas raciais em concursos públicos, por exemplo, como na questão da valoração da pena na parte criminal, no momento em que o juiz avalia as condições sociais e econômicas do acusado. Eu levo muito em consideração isso”, disse o magistrado.

O juiz Volnei Silva Fraissat, da Vara Única de Paraúna/GO, também aplica os princípios da disciplina Políticas Raciais no desempenho de suas funções. “O curso é muito importante exatamente para termos essa visão e não sermos insensíveis ao fato, à história de vida das pessoas que foram excluídas em

razão de determinado fator causado, possivelmente, por preconceito de raça ou credo”, afirmou. Ele citou o caso de dois irmãos negros de Paraúna cujos pais são dependentes de álcool e drogas e não lhes deram a devida criação. Os irmãos já cometeram vários furtos, alcançaram a maioria no ano passado e começaram a praticar roubos. Segundo o juiz, quase todas as semanas eles sentam à sua frente como réus de processos. “Ao mesmo tempo que a sociedade cobra uma resposta por algo que causou um dano a ela, essas pessoas não tiveram qualquer tipo de acesso à educação, não tiveram saúde, não tiveram nada”, pondera. O juiz elogiou o curso da Enfam por deixar clara a importância da adoção de políticas afirmativas para a inclusão social da população negra, a exemplo das cotas raciais em universidades e concursos públicos.

A juíza substituta Acácia Soares, do TJDF, também comentou a iniciativa do CNJ e da Enfam. “É necessário que o magistrado tenha essa visão mais holística do que é o direito, justamente dentro dos padrões que o CNJ já preconizou quanto às matérias humanísticas como obrigatoriedade de formação”, afirmou a juíza, observando que, por ter feito o curso em março, ainda não foi possível aplicar todos os ensinamentos do curso.

Ações - O Protocolo de Atuação para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra, além do CNJ, tem como signatários o Ministério da Justiça, a Secretaria Geral da Presidência da República, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Procuradoria Geral da República (PGR), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege). Todas essas instituições se comprometeram a discutir e adotar medidas de combate ao racismo. Foi nesse contexto que o CNJ recomendou a alteração da grade curricular da Enfam.

Segundo o conselheiro Guilherme Calmon, coordenador da atuação do CNJ no âmbito do protocolo, a mudança nos cursos é necessária para fazer com que os magistrados possam ter contato com informações mais especializadas, como a situação dos jovens negros enquanto alvos preferenciais da violência. Segundo o Mapa da Violência 2014, o número de jovens negros assassinados

anualmente no País saltou de 17.499 em 2002 para 23.160 em 2012, um aumento de 32,4%. No mesmo período, o número relativo aos jovens brancos caiu 32,3%, de 10.072 para 6.823 casos.

“O objetivo principal é que haja, pelo menos, a ideia de uma capacitação mais específica na questão relativa à violência envolvendo a juventude negra, porque a gente identificou, e isso está como uma das ações do protocolo, que a violência vitima muito mais os jovens negros do que os jovens de outra cor. Essa violência é relacionada à hipótese de crimes graves, como homicídio, principalmente envolvendo a atividade policial”, afirmou o conselheiro.

As atividades do CNJ no âmbito do protocolo estão reunidas em um relatório preliminar encaminhado, em fevereiro, ao Ministério da Justiça, que é encarregado de sistematizar as informações de todas as instituições signatárias. O relatório informa que o Conselho, além de propor a inclusão da disciplina Políticas Raciais para o aperfeiçoamento de juízes, recomendou à Enfam que orientasse as escolas estaduais de formação de magistrados a também incluir a disciplina em sua grade curricular. A Enfam atendeu à recomendação.

Jorge Vasconcellos

Agência CNJ de Notícias

Acesse no site de origem: [Mais de 300 magistrados recebem capacitação em políticas raciais \(CNJ, 22/04/2015\)](#)